

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 40.^a Sessão (Extraordinária)
Realizada em 6 de maio de 1971 — (Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Domício Scaramella e Lázaro Dumont.

As 16,30 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes, os srs. deputados: Nelson Buffara, Emílio Carazzai e Maurício Fruet (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

— **Discussão Única** — da Proposição n.º 6-71, Veto aposto ao projeto de Lei n. 251-69, de autoria do dep. Sílvio Barros, que altera o sistema de cobrança e estabelece novas normas sobre o tributo-tráfego de veículos. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para discutir) Sr. Presidente, srs. Deputados. Temos em mãos, para apreciação neste instante, pela Casa, um Projeto de Lei de grande alcance, que foi vetado pelo ex-Governador do Estado. No nosso entender, seria de grande interesse para a coletividade paranaense que o projeto fosse mantido, razão porque venho fazer, em breves palavras, um apelo uma vez que esse projeto já foi aprovado em sessões anteriores.

Sr. Presidente, nós sabemos que os proprietários de veículos estão altamente onerados por taxas e tributos, oriundos do Estado, além de taxas municipais. Então, esse projeto parece-me ser de grande alcance, porque possibilitará aos proprietários de veículos, principalmente aqueles desprovidos de maiores recursos, de obter o parcelamento no recolhimento das taxas.

Sabemos que os proprietários de veículos antigos, pequenos caminhões, veículos utilitários que servem ao trabalho diário nas fazendas e de subsistência até dos que deles vivem, no serviço de carretos e serviços diários, têm dificuldade no recolhimento desta taxa, porque qualquer veículo, por mais antigo que seja, está sujeito ao recolhimento elevado. O Projeto não altera o esquema financeiro do Governo, como não visa diminuir a receita do Estado. Mantém a receita do Estado, mas facilita a vida financeira dos proprietários de veículos, especialmente das pessoas humildes que vivem do trabalho com seus veículos; então, entendemos que o Projeto deve ser mantido e o veto deve ser rejeitado. Nessas condições, faço um apêlo a todos os srs. Deputados, tendo em vista os interesses de grande número de veículos do nosso Estado. Nisto não vai, evidentemente, nenhuma reação política à atitude do Governo anterior. Muito pelo contrário. O Projeto tem um objetivo até humano. O de dar possibilidade de atender às necessidades e às condições financeiras das pessoas proprietárias de veículos, mormente como já disse, aqueles que vivem pelo serviço prestado por veículos utilitários. Nestas condições dirijo meu apêlo aos srs. Deputados para analisarem esta questão e, se não se acharem em condições de julgar este Projeto, seja adiado no dia de hoje; se fôr regimental, não sei se é regimental. Nós estaremos dando melhores condições financeiras para atender os compromissos das taxas de emplacements de veículos.

O SR. IVO TOMAZONI — (Para discutir) Sr. Presidente, apenas para justificar o porque do meu voto pela rejeição do Projeto e pela manutenção do veto. Sr. Presidente, não deixa de ser louvável a medida pretendida pelo autor d'este Plano de lei ex-deputado Sílvia Barros, hoje Deputado Federal, pelo M.D.B.. Todavia, sr. Presidente e srs. Deputados, a matéria que regula o emplacements de veículos de todo o território nacional, está disciplinado e contido em Lei maior. Há um decreto do Conselho Nacional de Trânsito que, além de estabelecer a época do emplacements, dar os seus valores, também distribui a receita em percentuais. Para o Governo da República, para o Governo do Estado e para os Governos Municipais. Estaríamos, quero crer, srs. Deputados, data vênha o entendimento do sr. Deputado Líder da bancada do M.D.B., legislando sobre matéria que não é da nossa competência, porque estaríamos entrando na área do Governo Federal, porquanto 40% do total da arrecadação por consequência do emplacements, imediatamente é recolhido diretamente ao Tesouro da União, à conta do Governo Federal. Dos 60% retirados pelo Estado, 20% é destinado às Prefeituras Municipais. Estaríamos, quem sabe, ao pretermos conceder este parcelamento no pagamento das taxas, quem sabe, prejudicando qualquer esquema financeiro elaborado pelo Tesouro da União, pelas Prefeituras Municipais. Era o entendimento, data vênha, do ponto de vista do nobre Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte do ilustre Deputado. A apreensão de V. Exa. não deixa de ter fundamento. Entretanto, é evidente que o Estado só poderia parcelar a parte que lhe cabe por lei. Evidentemente, não poderia parcelar as quotas relativas à receita da União. Mas me parece que o projeto visa parcelas correspondentes às taxas do Estado.

O SR. IVO TOMAZONI — Veja, nobre Deputado, que haveria um parcelamento sobre a parcela menor. Porquanto, 40% pertence à União; 12% aos municípios e 48% ficarão retidos pelo Estado.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado o projeto, rejeitado o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, em caráter extraordinário, logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n. 7-71.
Levanta-se a sessão .